

Um Rio de Contas e tradições



Um Rio de Contas e tradições



Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular
Iphan / Ministério da Cultura

Ministro da Cultura
Gilberto Gil Moreira

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Coordenador Nacional do Programa Monumenta
Luiz Fernando de Almeida

Diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial
Márcia Sant'Anna

Diretora do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular
Claudia Marcia Ferreira

Divisão Técnica
Lucia Yunes

PROJETO ARTESANATO TRADICIONAL DE RIO DE CONTAS

Patrocínio
Representação da Unesco no Brasil
Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Parceria
Associação de Amigos do Museu de Folclore Edison Carneiro
Presidente
Lygia Segala
Administradora
Jumá Ida Barbosa

Secretário de Cultura do Estado da Bahia
Márcio Meirelles
Núcleo de Culturas Populares e Identitárias
Hirton Fernandes
Secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
Nilton Vasconcelos
Instituto de Artesanato Visconde de Mauá
Diretora Emília Costa de Almeida
Nart – Núcleo de Acervo
Gerente Eliana Rocha

Apoio
Representação Regional do IPHAN – BA
Escritório Técnico do IPHAN em Rio de Contas



A Sala do Artista Popular, do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/CNFCP, criada em maio de 1983, tem por objetivo constituir-se como espaço para a difusão da arte popular, trazendo ao público objetos que, por seu significado simbólico, tecnologia de confecção ou matéria-prima empregada, são testemunho do viver e fazer das camadas populares. Nela, os artistas expõem seus trabalhos, estipulando livremente o preço e explicando as técnicas envolvidas na confecção. Toda exposição é precedida de pesquisa que situa o artesão em seu meio sociocultural, mostrando as relações de sua produção com o grupo no qual se insere.

Os artistas apresentam temáticas diversas, trabalhando matérias-primas e técnicas distintas. A exposição propicia ao público não apenas a oportunidade de adquirir objetos, mas, principalmente, a de entrar em contato com realidades muitas vezes pouco familiares ou desconhecidas.

Em decorrência dessa divulgação e do contato direto com o público, criam-se oportunidades de expansão de mercado para os artistas, participando estes mais efetivamente do processo de valorização e comercialização de sua produção.

O CNFCP, além da realização da pesquisa etnográfica e de documentação fotográfica, coloca à disposição dos interessados o espaço da exposição e produz convites e catálogos, providenciando, ainda, divulgação na imprensa e pró-labore aos artistas no caso de demonstração de técnicas e atendimento ao público.

São realizadas entre oito e dez exposições por ano, cabendo a cada mostra um período de cerca de um mês de duração.

A SAP procura também alcançar abrangência nacional, recebendo artistas das várias unidades da Federação. Nesse sentido, ciente do importante papel das entidades culturais estaduais, municipais e particulares, o CNFCP busca com elas maior integração, partilhando, em cada mostra, as tarefas necessárias a sua realização.

Uma comissão de técnicos, responsável pelo projeto, recebe e seleciona as solicitações encaminhadas à Sala do Artista Popular, por parte dos artesãos ou instituições interessadas em participar das mostras.

apoio institucional



parceria



realização



patrocínio



Sala do Artista Popular

RESPONSÁVEL

Ricardo Gomes Lima

EQUIPE DE PROMOÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

César Baía, Marylia Dias e Sandra Pires

PESQUISA E TEXTO

Wilmara Figueiredo

EDIÇÃO E REVISÃO DE TEXTOS

Lucila Silva Telles

Ana Clara das Vestes (estagiária)

DIAGRAMAÇÃO

Vitório Benedetti

FOTOGRAFIAS

Francisco Moreira da Costa

PROJETO DE MONTAGEM E

PRODUÇÃO DA MOSTRA

Luiz Carlos Ferreira

PRODUÇÃO DE TRILHA SONORA

Alexandre Coelho



Este ano, tivemos o prazer de realizar a Sala do Artista Popular (SAP) com os artistas da região de Cocos, oeste baiano. Era a primeira vez que um evento desta importância acontecia na Bahia, graças à parceria entre a Secretaria de Cultura e o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular.

Conseguimos articular o encontro entre artistas, consumidores e empresários do setor, mostrando a viabilidade da economia criativa. Além disso, foi possível constatar o potencial da cadeia produtiva da arte popular sem perder de vista a preservação do patrimônio material e imaterial, valorizando os saberes tradicionais e ancestrais.

Primeira cidade planejada do Brasil, em 1745, Rio de Contas é de muitas tradições, sendo marca da criatividade e do imaginário da nossa formação cultural. O artesanato regional,

a arte popular expressa em objetos de madeira, metal, rendas e máscaras que estarão presentes em mais uma SAP baiana vão contribuir para o mapeamento da riqueza e diversidade da Bahia.

Esta iniciativa e a união de esforços para sua realização valorizam cada vez mais as tradições que emanam da cultura popular, base do nosso sentimento de pertencimento e de nossas identidades.

Márcio Meirelles

Secretário de Cultura do Estado da Bahia

R585	Um Rio de Contas e tradições / pesquisa e texto de Wilmara Figueiredo. – Rio de Janeiro : IPHAN, CNFCP, 2008. 36 p. : il. – (Sala do Artista Popular ; n. 148). ISSN 1414-3755 Catálogo da exposição realizada no período de 7 de novembro de 2008 a 11 de dezembro de 2009. I. Arte Popular – Bahia. 2. Artista Popular – Bahia. I. Figueiredo, Wilmara, org. II. Série. CDU 7.067.26(38)
------	---



O Instituto Mauá é uma autarquia da SETRE – Secretaria do Trabalho Emprego Renda e Esporte, responsável pelo fomento, preservação e comercialização do artesanato no Estado da Bahia. O apoio à Sala do Artista Popular fundamenta-se na proposta atual do Instituto Mauá, de ressignificar suas ações de preservação e fomento, por meio de uma escuta sensível das necessidades dos artesãos e de suas comunidades, objetivando a promoção, além das fronteiras dos territórios baianos dos trabalhos empreendidos por esses artistas anônimos que no labor do dia-a-dia vão imprimindo suas marcas em produtos que trazem toda a significação de suas pertencas e identidades.

Com base nas políticas adotadas pelo governo do estado de desenvolver ações transversais que garantam o trabalho conjunto das secretarias, fortalecendo os territórios de identidade, a SETRE, por intermédio do Mauá, e a Secretaria de Cultura se envolvem em mais uma edição da SAP, evidenciando o município de Rio de Contas, cuja cultura constitui-se dos saberes e fazeres necessários à preservação de sua história.

A realização oficinas de tradições centenárias desse povo, permite fortalecer a cultura local em que os jovens, além de aprender um ofício, mantêm preservadas as tradições culturais desses saberes.

A contemporaneidade sugere não apenas a preservação do patrimônio material, como também do imaterial, em que as impressões de cada comunidade são registradas cotidianamente, tornando-se imperioso desenvolver ações como as SAPs, cujo nível de alcance vai além da mostra em si, porque garante a existência de ferramentas e processos de produção de grande dimensão cultural e assegura o notório saber dos mestres locais, valorizando-o.

Colaborar, abrigar e apoiar a SAP, mais do que dever e ação do Instituto Mauá, é o começo de um novo e grande projeto para a valorização do artesanato e cultura da Bahia.

Rio de Contas destaca-se como uma das mais significativas e multifacetadas áreas de produção do artesanato regional, como comprova este catálogo de que temos a honra de participar e apresentar à Bahia, ao Brasil e ao mundo.

Emília Costa de Almeida
Diretora geral do Instituto Mauá



Um Rio de Contas e tradições

Wilmara Figueiredo

Rio de Contas é uma das muitas cidades que compõem a outra próspera região da Chapada Diamantina, um dos principais destinos ecoturísticos da Bahia por reunir cenários de intrigantes belezas naturais. Distante de Salvador cerca de 670km, a localidade lembra as pinturas dos retratistas estrangeiros que, sob diversos olhares e recortes, registraram as formas e modos de viver da sociedade brasileira nos séculos 18 e 19.

As altas montanhas, ora verdes, ora gris, fazem vez de moldura aos grandes vales entrecortados por rios e riachos de águas translúcidas e algumas cachoeiras. Sob clima árido, mas de temperaturas amenas, justificadas pelos 1.100 metros de altitude, a flora é formada basicamente por árvores medianas e vegetação arbustiva enfeitada com tímidas flores multicoloridas que, na estiagem, dão lugar a florestas inteiramente caducas, com raras folhas esbranquiçadas e secas.

A hospitalidade dos moradores faz um bom conjunto com as iguarias típicas do lugar, dentre as quais se destacam o chimango (biscoito assado de polvilho e queijo), os sequilhos, o godó (prato composto de banana verde, carne seca e lingüiça) e o cortado da versátil palma, que podem ser acompanhado das cachaças de excelente qualidade, produzidas pelas dezenas de alambiques encontrados nas cercanias. Na feira livre de domingo, a pacata cidade fica efervescente e, das bancas, saltam aos olhos os suculentos morangos e a beleza quase eterna das flores sempre-vivas, cultivadas nos cumes do povoado Mato Grosso.

A vida cultural riocontense é agitada, em diferentes épocas, pelo carnaval de rua dos grupos de mascarados, por manifestações folclóricas como o terno de reis, o bendegó, o trança-fitas, e as quadrilhas. O intenso calendário religioso





local tem seu ponto alto no festejo do Santíssimo Sacramento, padroeiro da cidade, marcado pelas procissões e ladainhas acompanhadas da tradicional Filarmônica Lira dos Artistas.

Não bastasse o cenário bucólico, Rio de Contas envolve o visitante pela marcante aura de seu passado fausto, ainda claramente rememorado nos dias presentes graças ao bem preservado casario de feições coloniais, edificado à margem do rio Brumado, tombado por lei federal desde 1980.

Atualmente, o município de aproximadamente 14 mil habitantes dispersos em 1.056,3km² (IBGE, 2008), com IDH de 0,653 (PNDU, 2000), tem como uma de suas principais fontes de renda, ao lado da agricultura, da pecuária e do comércio de médio porte, o trabalho dos inúmeros artífices que herdaram técnicas seculares de tratar metais, couro, madeira e tecidos – reminiscências das atividades que lhe

renderam o título de Parque Artesanal do Sertão (Pereira, 1957) até o segundo quartel do século 20, e que foram mote da investigação de pesquisadores como Hermann Kruse, Marvin Harris, Costa Pereira e Pierre Verger.

Nesta Sala do Artista Popular intenta-se demonstrar um pouco do vasto universo de tipologias artesanais de Rio de Contas levadas à frente pela persistência de mestres que contribuem para o incremento das especificidades históricas e culturais locais.

Os saudosos tempos áureos

Senhor. – Já fiz presente a Vossa Magestade que estava erecta a Villa do Ryo das Contas com o seo Magistrado e que Pedro Barbosa Leal se achava nesta cidade, tendo executado no discurso de três annos tudo quanto lhe ordeney e convinha ao Serviço de Vossa Magestade, e aos seus reaes interesses.

Trecho da carta do vice-rei comunicando a criação da Villa de Nossa Senhora do Livramento e Minas do Rio das Contas. Bahia, 10 de maio de 1925 (Livro 2D – Ordens Régias – 1724 a 1725 – Arquivo Público).



A história de Rio de Contas é cheia de causos e prosas que se eternizam na narrativa popular, muitas vezes encerrando-se em charadas com poucas pistas que mais parecem lendas e anedotas. O que se ouve da boca do povo, em muitos pontos, coincide com o que a história oficial vem atestando: a efêmera, mas lucrativa, mineração conferiu à cidade dias de glória e riqueza que perfeitamente casavam com as artes que até hoje ajudam a sustentar o lugar.

Conta-se que a colonização da região iniciou-se nos fins do século 17. Os primeiros vestígios de povoamento se deram em data que não se sabe precisar, com negros em situação não definida – se escravos fugidos ou alforriados – que se aquilombaram nas proximidades do Rio de Contas Pequeno, atual Rio Brumado.

A necessidade de escoamento da produção aurífera dos estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso forçou ban-

deirantes a se lançarem sertão adentro em busca de um caminho que levasse a Salvador, então capital da Colônia. O pequeno aglomerado, a partir de então, tornou-se ponto de descanso de viajantes que cruzavam a Estrada Real, e passou a ser chamado de Pousos dos Crioulos (ou Arraial dos Crioulos).

Logo na primeira década do século 18 são descobertas ali as primeiras jazidas de ouro. Em meio a essas pioneiras explorações foi fundado o Povoado de Mato Grosso, a 1.450m de altitude, onde se encontra, até os dias de hoje, a Igreja de Santo Antônio, erigida pelos jesuítas que lá chegaram poucos anos mais tarde.

A notícia da abundância do mineral na região se espalhou, despertando a cobiça de muitos, até mesmo de nações estrangeiras. Os “reaes interesses” mencionados pelo vice-rei no trecho acima destacado, portanto, referem-se à preo-



cupação que a Coroa Portuguesa teve em proteger as minas baianas, visto que, a despeito das expressas proibições, bandeirantes de São Paulo e Minas Gerais rumaram para lá em busca do tesouro, passando a desempenhar as atividades de garimpagem longe dos olhos das autoridades.

A solução seria então oficializar o povoamento da localidade, que recebeu o nome de Vila de Nossa Senhora do Livramento e Minas do Rio de Contas; durante esse processo (entre 1723 e 1746¹), no entanto, o local original de sua sede é transferido para o que atualmente ocupa². Foram edificadas a Câmara Municipal, a Cadeia Pública, a Casa de Fundação

¹ Segundo Pereira (1957), a transferência teria ocorrido em 1745; Rocha (2005) apresenta 1746 como ano de fundação da nova vila; já o Inventário Nacional de Referências Culturais de Rio de Contas, elaborado pela 7ª SR do Iphan (2006), aponta 28 de julho de 1745 como data de implantação da nova sede.

² Conforme Pereira, "(...) o Conselho Ultramarino determinou que se escolhesse 'local mais propício' para a instalação da Vila, em razão das 'febres de mau caráter' que ali grassavam quando o rio se espalhava na época das cheias. Há, entretanto, quem endosse a versão da transferência haver sido determinada para facilitar a cobrança do imposto" (1957:100).



e um pelourinho, além da Igreja do Santíssimo Sacramento. Tamaña primazia e destreza com que casas, sobrados, prédios públicos, praças e amplas ruas ladrilhadas foram projetadas fizeram que Rio de Contas seja considerada a primeira cidade

planejada do Brasil.

Arrobas e arrobas de ouro foram extraídas e os cofres portugueses muito lucraram com a cobrança do exorbitante quinto, mesmo com o contrabando constante. Além da fortuna dourada, a cidade chegou a atingir o segundo posto em importância na Bahia devido a sua grande jurisdição, que abarcava mais da metade do território do estado.

Nesse contexto de grande pujança econômica, seus moradores adquiriram luxuoso estilo de vida. A Estrada Real era garantia de acesso rápido às novas tendências e às melhores mercadorias, além de conferir à vila um ar cosmopolita, pelo constante trânsito de viajantes de diferentes origens. Ainda assim, as famílias mais tradicionais importavam artigos diversos da Europa.

O ouro, em pó ou em barra, era a moeda corrente, e, na memória coletiva, as histórias contam que durante as comemorações públicas, como a Festa do Divino Espírito Santo, pó de ouro era lançado sobre o rei e rainha simbólicos.

Os finos tratos da população eram percebidos também na erudição e no gosto pela arte. Há registros de escolas de línguas e filosofia, e a cultura musical já era bastante difundida. Na cidade, localiza-se um dos teatros mais antigos do sertão: o São Carlos. As moças prendadas dominavam diversas técnicas de bordado; exímios artesãos de variadas aptidões, com destaque para o metal e couro, por lá chegaram desde os primórdios do núcleo populacional, trazendo boa fama à vila, que, em 1840, passou a ser denominada Minas do Rio de Contas.

No final do século 18 e início do 19 são emitidos os primeiros sinais de decadência. O ouro já não se mostrava inegotável como no princípio e uma profunda crise econômico-



social era ameaça permanente. Com a escassez do mineral, a vila não só perdeu sua principal fonte de riqueza, como também viu sua importância política diminuída: o governo português passa a ter maior interesse na lucrativa exploração de diamantes em Lençóis e Mucugê, desencadeando uma crescente onda migratória que reduziu drasticamente o contingente populacional de Rio de Contas.

Nesse desconfortável cenário, as atividades agro-pastoris desenvolvidas nas zonas mais afastadas passam da condição de complementares à de renda subsidiária, mesmo com as dificuldades de mão-de-obra que atendessem às amplas terras. Mas é o artesanato local, a essa altura já com boas referências históricas, que assume papel determinante para a sobrevivência da cidade.

O declínio do pólo artesanal do sertão ou a vaidosa tristeza da arte

Todos os artífices reconhecem a extrema dificuldade com que conseguem trabalhar – quer pelo alto preço da matéria-prima, quer pelo equipamento precário e pelos resultados pouco compensadores – e nêles notamos, por isso, o que chamamos uma 'vaidosa tristeza da arte'.

Pereira (1957:106)

Rio de Contas, ao passo que foi se expandindo, ganhou merecido destaque ante as demais cidades sertanejas por suas produções artesanais. Constantemente eram feitas menções às habilidades manuais da população, segundo alguns documentos e publicações do século 19 e meados do 20.

De acordo com o pesquisador Durval Vieira de Aguiar:

A indústria da cidade consiste no trabalho proficiente de todos os metais, em oficinas particulares de ferreiros e ourives, cujos oficiais são peritos em tais artes. As melhores bridas conhecidas são as que lá se fabricam [...]. As mais finas obras de ouro e prata, os mais delicados labores, por todos os sistemas, ali se encontram feitos à mão, sem outro auxílio que o da antiga ferramenta. As obras de ouro embutido na prata [...] são de rara perfeição, tão finas e curiosas como os produtos da indústria européia, dignas sem dúvida de figurar numa exposição. (In.: Pereira, op. cit., p. 108)

Conforme o Almanak – Administrativo, Indicadores e Noticiosos do Estado da Bahia para 1898, o lugar também tinha como produção corrente peças de metal, como esporas e facas; artigos em couro, a exemplo de sapatos, cintos, selas e

chapéus; produtos à base de algodão; peças de cerâmica; e derivados da cana-de-açúcar, como cachaça, açúcar e rapadura.

Entretanto, as especialidades locais que tinham longa fama eram os equipamentos de montaria, os artigos de natureza utilitária e doméstica – com destaque para a madeira, a tecelagem e os bordados –, a pirotecnia e a irretocável ourivesaria. Na tradição local, até hoje se conta que a população acordava com o retinir das bigornas e forjas dos seus inúmeros ferreiros, carpinteiros, sapateiros e latoeiros.

Com tamanha diversidade de gêneros lá produzidos, a cidade vinha se firmando enquanto importante pólo de abastecimento da região. Sua localização privilegiada facilitava o escoamento das mercadorias para o sertão, especialmente Goiás e norte de Minas, e para o sul, nos lombos dos burros que cruzavam a Estrada Real.

Nos tempos de escassez do ouro e da maciça saída de trabalhadores rumo às minas de diamante recém-descobertas nas vizinhas Lençóis e Mucugê, o fabrico dessas artesanias foi intensificado na tentativa de conter a decadência econômica. Porém, o advento da linha férrea que passava em Brumado, no início do século 20, fez com que o Caminho Real caísse no esquecimento, abalando duplamente a saída da produção: novas estradas foram abertas e a montaria deixou de ser o único meio de transporte; além disso, outros mercados produtores dotados de equipamentos mais modernos

foram surgindo, e as matérias-primas utilizadas no fabrico das peças sofreram altas de preço.

Contudo, a despeito do complexo quadro desfavorável, a qualidade dos objetos produzidos se manteve mesmo quando eles passaram a ser vendidos a preço muito abaixo do justo. Para garantir a produção e a venda num mercado cada vez mais competitivo, os artesãos riocontenses passaram a contar com participantes antes alheios ao processo: o empresário, o mascate e o atacadista.

O primeiro exercia o papel de “pseudomecenas”, uma vez que fornecia ao artesão a matéria-prima, emprestava-lhe dinheiro ou mesmo arrematava-lhe os produtos antes de serem fabricados. Entretanto, segundo Harris (1971), esses agentes pouco atuaram na cidade, existindo relevantes registros de seu aparecimento na década de 1920. Referindo-se ao contexto dos anos 1950, o autor conclui que “os numerosos trabalhadores independentes aguardam a ascensão do próximo empresário como se fosse um Messias”.

O mascate se tornou, durante muitos anos, o principal agente de distribuição de mercadorias. A pé ou montado em mula, o vendedor percorria cidades de diferentes regiões oferecendo produtos que lhe eram entregues pelos fabricantes no que chamaríamos hoje de consignaço.

Transação parecida era realizada com o atacadista, residindo a diferença apenas no fato de que este expunha

os produtos em suas lojas, normalmente localizadas em centros consumidores maiores. Mas, em ambas as situações, todos os riscos e prejuízos eram assumidos pelo artesão, que ficava à mercê de prazos e condições de pagamento dos seus mediadores, obtendo retorno quase inexpressivo.

Com a chegada de energia elétrica e asfalto em Livramento, cidade limítrofe localizada a apenas 9km abaixo da serra, Rio de Contas viveu longos dias de esquecimento, chegando a ser chamada de “o lugar mais morto do mundo” (Harris, 1971).

Acompanhando o ritmo do isolamento, a produção artesanal de Rio de Contas foi se tornando cada vez mais encolhida. Muitos ofícios foram caindo em desuso até sua completa extinção, a exemplo dos fogueteiros. Contudo, esse mesmo congelamento perpetuou certos traços culturais expressos nos modos de fazer que parecem sobreviver mais em virtude da paixão pela arte do que como forma de sustento, ao passo que outros foram se adequando e mesmo surgindo frente aos novos tempos, anunciados pela atividade turística, que lá vem se desenvolvendo desde a década de 1980, tendo como carro-chefe os atrativos naturais e a arquitetura.

Saberes e práticas que hoje modelam a tradição

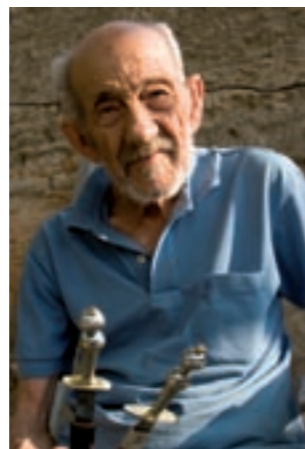
Em Rio de Contas todo mundo tem uma arte.

Dito popular local

As belezas naturais, a história e o caráter singular da cultura riocontense há muito chamam a atenção de estudiosos e do poder público. Exemplo maior disso é o tombamento de seu conjunto arquitetônico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, que concedeu à cidade o título de patrimônio nacional em 1980.

Entretanto, as ações da instituição na localidade aconteceram, primeiramente, no final da década de 1930, quando o fotógrafo alemão Hermann Kruse³ por lá passou documentando alguns fazeres artesanais por seu valor histórico-cultural. Em continuidade a esse trabalho, realizou-se em 2005 e 2006 o Inventário de Referências Culturais de Rio de Contas, tentativa de identificar e registrar parte do patrimônio cultural local, contemplando diversificados bens de natureza imaterial, como danças, folguedos, festejos populares e culinária, além do tradicional artesanato.

³ Esse trabalho foi realizado em meio à expedição no interior de Minas Gerais e Bahia subsidiada pelo então recém-criado Sphan, hoje Iphan, que já demonstrava se preocupar com a preservação da cultura popular brasileira. Para mais informações, ver Lima, 2006.



No sentido de assegurar a preservação e a valorização dessas práticas e saberes, bem como promover a melhoria da qualidade de vida de seus autores, ressurgiu, após 12 anos fechada, a Cooperativa Artesanal Mista de Rio de Contas. A entidade foi fundada em 22 de agosto de 1968 por iniciativa da extinta Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene e, na ocasião, contava com a participação de 38 artesãos.

Em 1994, mediante mobilização do Instituto Mauá em conjunto com a prefeitura municipal, a cooperativa retoma suas atividades. Hoje, dispo de sede própria e loja cedida



parecer uma tendência hereditária.

Pereira, 1957:106

Essa assertiva bem traduz o ofício dos artesãos que hoje trabalham na seção de metal e suas interseções com a madeira. A família Ramos, cuja habilidade há muitos anos vem sendo registrada e atestada, é hoje a responsável pela perpetuação dos tradicionais conhecimentos sobre esse fazer que ajudou a dar notoriedade a Rio de Contas. No interior de suas *tendas*, designação dada ao local onde trabalham, os irmãos José de Lima Ramos, 84, e Ezequiel de Lima Ramos, 64,

pelo governo municipal, possui 58 cooperados de diferentes modalidades que expõem em feiras e eventos, na Bahia e no país, o rico e diversificado artesanato de natureza utilitária e decorativa.

Tendas seculares: artesanato de metal e de madeira e metal

*A habilidade manual
dos indivíduos chega a*

nascidos e criados na cidade, exercem desde a juventude o ofício que herdaram do falecido pai, José Álvaro Ramos, e que foram aperfeiçoando com a colaboração de outros artistas que também já se foram.

Quando questionados sobre o nome de sua profissão, afirmam categoricamente serem artesãos, desconsiderando as classificações *ferreiro* e *latoeiro*, outrora utilizadas para designar, respectivamente, o mestre que trabalhava com ferro e o especialista em liga de níquel. “Meu pai era ferreiro, que é outra profissão. Mas a gente já é artesão porque a gente trabalha com metal, trabalha com madeira. A gente vai mudando pra ver se vai vendendo, vamos criando modelo próprio”,





justifica seu Zica. O mesmo caminho vem seguindo o sobrinho, Dario Santana Ramos Correia, que hoje os auxilia no fabrico das peças que levam madeira.

Quem olha as reluzentes bridas, esporas e adagas não imagina que, por trás de tanto primor, residem árduas artimanhas para obtenção da matéria-prima e pesadas técnicas de produção que remontam aos tempos medievais. Para adquirir ferro, bronze, cobre e latão, a alternativa é derreter

sucatas e peças em desuso, como alambiques, ferraduras e torneiras velhas. No caso específico do níquel, a saída é a compra de moedas antigas nas feiras e mercados da região, a um preço médio de oito reais por quilo. O tapicuru utilizado para a confecção dos requintados cabos de taca e bengalas é catado na própria cidade, de árvores e troncos caídos que chamam de *madeira seca*.

A tenda da casa de seu Zica é equipada com uma fornalha feita de tijolos e um fole, suspenso por duas traves de madeira e manipulado por uma correia e/ou movido a motor elétrico, direcionado para as chamas sempre alimentadas com lenha. Num recipiente de grafite são misturados, com o auxílio de um atizador, os metais que, após fundidos sob temperatura superior a 1.000 graus centígrados, dão origem a uma liga “tão líquida como água”, que, por sua vez, é vazada com a ajuda de uma pinça gigante em moldes com aro de ferro, preenchidos com terra, já com os desenhos das peças cavados. Depois, é esperar esfriar para desenformar e fazer o acabamento, serrando os excessos da combinação já solidificada para, por fim, polir. Ao longo dessas duas fases, são utilizadas diversas ferramentas, como bigorna, brunidor, lima e torno, alguns fabricados pelos artesãos e outros tão antigos que eles nem se arriscam a mensurar a idade.

À medida que o trabalho é executado, uma série de segredos vai sendo revelada. A terra para a confecção das fôr-

mas não pode ter areia para que, quando molhada, ganhe uma consistência ligeiramente plástica e fique bem compactada ao receber os toques do martelo e os riscos da faca, que ajudam a definir os contornos da peça a ser produzida. As fôrmas têm de estar secas ao receber o metal liquefeito, para evitar o térmico, que provoca estouros e respingos que podem causar queimaduras graves. Já a coloração da peça depende da proporção dos minérios:

Aqui coloca de todo jeito, do jeito que quiser. Se quiser fazer o metal branco, aí coloca cada tipo de metal igual: 2kg de cobre, porque o metal quem faz é o cobre, 2kg de bronze e 2kg de moeda, de níquel. Pra fazer o metal vermelho, aí eu coloco 3 de bronze e 3 de cobre (seu Zica).

Relembrando épocas passadas, contam que em Rio de Contas existiam muitas outras tendas e artistas que, como eles, produziam abridores de garrafa, cabos de faca, arreios, cabrestos, esporas, entre tantos outros itens que eram facilmente vendidos.

Eu saía para vender e deixava três pessoas produzindo. Levava de 10 a 15 burros de carga cheios de produtos de metal e madeira, mais de 2.000 peças. Eu vendia 100 punhais para um candomblé no Rio de Janeiro (seu Zeca, depoimento retirado do INRC de Rio de Contas).

Mas, com o passar dos anos, os artífices foram cessando a produção em função da idade avançada ou mesmo devido a sua grande complexidade e ao pouco reconhecimento fi-



nanceiro e social, comprometendo o repasse desses saberes às gerações futuras. Os irmãos reconhecem as dificuldades e riscos do ofício e, além disso, acham que a juventude de hoje, por receio ou mesmo preguiça, também não demonstra interesse pelo ofício.

É bom demais fazer essas coisas, mas é um trabalho difícil, pesado e perigoso. Dei um curso uma vez por dois meses, eram umas 14 pessoas, não teve uma que aprendesse... “vou aprender isso nada, se cai em cima de mim e derrama, me queima”. Eles não quiseram de jeito nenhum (Zeca).

Diante de tanto calor, insalubridade, esforço físico e a venda não muito expressiva, somados às poucas perspectivas de trabalho, só o amor pela arte incentiva a família a continuar com o ofício, que só anos de observação e longa experiência garantem. Mas, segundo os mestres, o maior dos segredos para se desenvolver um bom trabalho reside em ter muita concentração. E o maior dos incentivos é não deixar que uma tradição tão antiga acabe.



Madeira

A família Ramos demonstra ser guardiã dos conhecimentos do artesanato em madeira. Leônidas Ramos Correia, mais conhecido como Léo, 43 anos, assim declara:

Sou eu, mais um irmão, o Álvaro, meus primos Georgeton, César e Edmilson, e o tio Medalha. É só a gente mesmo que faz esse trabalho de madeira na cidade. Essa profissão já veio de família mesmo. Já ouvi dizer que meu avô fazia, mas tinha outros que já faleceram: Juvenal, seu Didiu, Dircinho... João Lopes parou porque deu alergia. Agora, só a gente.

O ofício que aprendeu há 33 anos com o falecido tio João Lima Barros, conhecido como João Birro, “porque ele era baixinho e gordinho”, hoje garante o sustento da esposa e filho. Ele conta que, quando iniciou sua formação como artesão, as condições de trabalho eram muito diferentes das que atualmente se apresentam. Antigamente, as ferramentas eram mais rudimentares, apenas serrote, facão, furadeira manual e torno de pedal:

Os tornos eram de pé. Eles [os artesãos] enrolavam um tipo de couro, botavam tipo um arco e botavam no eixo. Aí iam pisando e torneando. Era o chamado torno de pé. Hoje não existe mais, acabou. Até a década de 80 tinha muito. Mas, de pouco tempo pra cá, surgiu esse de motor, que facilitou bastante o nosso lado.

Com os avanços tecnológicos, uma peça que levava cerca de três horas hoje fica pronta em pouco mais de 60 minutos. O que há ainda de mais antigo, segundo Léo, são a cunha – uma espécie de formão – e a marreta, utilizadas para descascar a madeira – a casca é vendida para a comunidade e empregada no fabrico de lenha.

No mais, os instrumentos se modernizaram: a serra circular, o esmeril e a bobina são elétricos; a esquadrejadeira



permite que a madeira seja cortada, como o nome sugere, em quatro partes iguais. E até uma máquina para bitolar a madeira foi adquirida pela Cooperativa, local onde faz seus trabalhos enquanto termina de construir sua casa própria:

Bitolar a madeira é assim: digamos, se você receber uma encomenda de 100 pilões, aquela máquina divide a madeira certinho. Você regula para 10cm, por exemplo, e a madeira fica toda bitolada. Aí são 100 pilões todos iguais!



Ao relatar as etapas de produção, Léo é categórico: o segredo de uma boa peça é a madeira, que confere qualidade e beleza à peça. As mais utilizadas são o jatobá – de coloração roxa ou amarela –, o gonçalo-alves – todo rajado – e o pau-d’arco. As peças eram compradas em qualquer madeireira, mas as constantes fiscalizações de órgãos como o Ibama induziram os artesãos a procurar adquirir madeira certificada, que também

valoriza o produto. Atualmente, negociam, via Cooperart, com madeireiras do Pará e Mato Grosso, embora na região existam espécies similares.

Em um mês de trabalho, dependendo do esforço e do tempo disponível, os artífices conseguem produzir até 500 peças. Entre os mais de 50 itens por eles confeccionados, os que têm melhor aceitação são o pilão, o molheiro, o açucareiro, a saladeira, a compoteira e o castiçal. Segundo Léo, a saída das peças é muito boa. Mas, como o principal destino é o Mercado Modelo em Salvador, “aí tem que baixar

o preço. Pra compensar, tem que trabalhar bastante, senão o lucro é muito pouco”. Apesar disso, conclui:

Eu gosto desse trabalho. A gente mesmo vai torneando a madeira, vai criando as coisas. A gente ganha pouco, mas dá pra sobreviver. Tudo vem da dedicação, da concentração. E a melhor concentração é o próprio trabalho.

Couro

A arte em couro é outro trabalho que ajudou a conferir importância a Rio de Contas. Até as décadas de 1960 e 1970, havia muitas oficinas na cidade e era farta a produção de itens como selas, estribos, arreios para cabeça, botas, sandálias, entre outros, que abasteciam toda a região.

Antes, o trabalho era seriado, tendo em vista o grande número de trabalhadores com que cada oficina contava.



Atualmente, ainda existem artífices que fabricam peças em couro, porém, a produção nem de longe se compara à de outrora. Em parte isso se deve à modernização e ao surgimento de veículos nas ruas da cidade, o que levou à drástica diminuição do uso de cavalos e mulas como meio de transporte.

Entre os artesãos ainda em atividade, encontra-se Nelson José dos Santos, 67 anos. Nascido em Jiló, comunidade localizada a 40 minutos de carro do centro de Rio de Contas, seu Nelson, em meio aos trabalhos na roça e na construção civil, dedica-se à confecção de objetos de couro há 53 anos. Fabrica peças utilitárias de modo geral, como pontas de taca, arreios e laços. Mas o maior destaque vai para as bruacas – malas de couro cru que eram bastante utilizadas para o transporte de objetos diversos em lombo de bestas.

A minha profissão é lavrador, mas também já levantei casa. Já fiz de tudo um pouco. Mas tudo em couro eu faço. Bruaca de todo tamanho. Meu pai mexia com couro e eu fui aprendendo. Com 16 anos eu comecei a trabalhar com isso e até hoje eu faço. Mas antes fazia às quantidades mesmo. Hoje diminuiu, só por encomenda, quase.

Seu Nelson conta que a confecção das bruacas, embora demande a utilização de ferramentas simples, requer muita

atenção. O mínimo descuido é capaz de colocar todo o trabalho a perder.

O primeiro passo é a aquisição do couro. O artesão compra a pele de boi na própria localidade, junto a conhecidos que têm criação e fazem abate do animal. O couro deve ser bem esticado ainda fresco, para passar por uma lavagem caprichada, à base de muita água. É então estendido e posto para secar. “Tem que ficar bem sequinho porque senão empena e a bruaca fica toda desmantelada. Mas o segredo mesmo está no esticar, tem que ficar certinho pra não empenar”, diz.

Passada essa etapa, o couro é tratado e recortado com instrumentos como a suvela – objeto pontiagudo usado para perfurar –, as ditas esquadrias e a régua, utilizada para a medição das peças; e, para desquinar as correias, a faca.

De aspecto bastante rústico, as bruacas, hoje, são também utilizadas como mobiliário para a guarda de objetos, podendo ser encontradas nas lojas de



artesanato da cidade. O preço varia de acordo com o tamanho da peça, e as cores são determinadas pela tonalidade do couro do animal.

Ainda na arte do couro, outro objeto que chama bastante a atenção são os artefatos produzidos por Valdemar Teodoro da Silva, 66 anos. Seu Vavá, como é popularmente conhecido, assim como boa parte da população rural de Rio de Contas, além do artesanato, passou a vida se dedicando à lavoura de cana, milho e arroz. Entre uma coisa e outra, também trabalhou na construção civil, ocupação que até os dias de hoje exerce quando aparece alguma oportunidade.

Residente em Arapiranga, a 18km da sede, seu Vavá há 40 anos é carpinteiro – “é, trabalho com carpintaria porque eu faço tudo na mão. Se eu usasse máquina seria marcenaria”. Confecciona qualquer utensílio ou objeto de madeira, como guarda-roupa e cama. Porém, os mais pedidos são os bancos e cadeiras recobertos com couro, comumente encontrados nas residências e comércios de toda a cidade.

Em seu cômodo de trabalho, termo pelo qual designa sua oficina, utiliza como utensílios serrote, plaina manual, martelo e furadeira para aparar, moldar, furar e montar o artefato. A madeira propícia para a confecção é o paraju, “que pra vocês é a maçaranduba”, comprado no depósito de material de construção da própria comunidade. Já o couro de

boi, adquire no açougue e, para deixá-lo no ponto de uso, seu Vavá explica que é preciso lavá-lo para “tirar o cheiro e ficar limpinho, no ponto da gente só cortar e cobrir as peças depois de seco”.

Eu faço assim, ponho de molho na água limpa, às vezes com sabão, dentro de um caixa d'água. Antes eu usava o rio daqui, mas a água tá muito poluída, aí estraga, suja mais do que limpa. Mas antes eu deixava amarrado e ficava de um dia pro outro lavando.

Os tamboretos e cadeiras de variados tamanhos são feitos sob encomenda. Além de Rio de Contas e adjacências, seu Vavá manda seus trabalhos, com frequência, para Salvador, sul da Bahia e até estados vizinhos. Quanto ao design que faz tanto sucesso, ele responde:



Aprendi sozinho, não tive mestre nenhum. Eu via as coisas assim na minha mente e ia seguindo. Qualquer coisa que a gente queira fazer a gente tem que enxergar aquilo pronto. Da construção ao artesanato. E eu faço tudo na mão porque eu gosto e mesmo porque o povo exige.

Bordados e rendas: crivo rústico e renda de parede

O crivo rústico é outra categoria artesanal típica de Rio de Contas, bastante difundida na localidade e entorno e uma das poucas expressões que não se encontram em situação de risco por ainda existirem muitas bordadeiras em atividade.

Sua origem é atribuída a Portugal e, provavelmente, chegou ali com as mulheres dos colonos que vieram para a Bahia aventurar-se em busca de riquezas. A memória coletiva cultiva



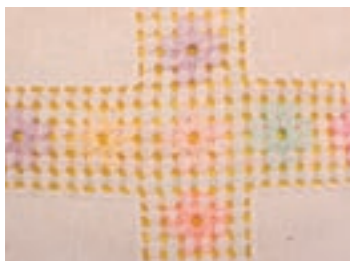
a idéia de que as técnicas de bordar em sacos de algodão cru foram repassadas das senhoras brancas para as escravas ainda

no período da colonização. Dúvidas e polêmicas à parte, atualmente, os pólos produtivos significativos são os povoados da Barra e Bananal. Algumas referências também são feitas a Riacho das Pedras, extinto ao submergir nas águas da barragem construída a poucos quilômetros da sede do município.

Eminentemente negra, a comunidade do povoado da Barra foi reconhecida em 2005 pelo governo federal como remanescente de quilombo. Ao lado das atividades agrícolas, o crivo rústico assume papel preponderante na economia local, existindo, até mesmo, associação artesanal própria.

As mulheres quilombolas dividem sua jornada de trabalho entre os cuidados da casa e da família, o plantio do milho, feijão, mandioca e cana-de-açúcar, e a produção do bordado. Jovina Isidora de Souza é uma das representantes da comunidade e é assistida por um grupo de mulheres que tem no crivo o principal meio de sustento de vida.





Izaura Vitória do Nascimento, a dona Nena, nascida em Riacho das Pedras, é aposentada e emprega a maior parte de seu tempo livre nos trabalhos com a agulha e o algodão. Sobre o modo como aprendeu o ofício, responde emocionada, lembrando o episódio que fez com que ela e a família deixassem para trás a casa devido à construção da barragem. O dinheiro extra adquirido com a venda das toalhas e almofadas que tanto gosta de fazer é destinado ao neto que mora em Cuba, onde estuda Medicina.

Não lembro mais a época, mas acho que tem uns 20 e tantos anos. Foi quando eu vim pra cá, pra essa mesma casa aqui. Eu aprendi com a minha irmã e ela aprendeu com uma mulher lá do Tamanduá. Tem uns 15 anos ou mais. Eu gosto, ocupa a cabeça, a gente ganha um dinheirinho a mais. E eu mando pro meu menino merendar lá em Cuba.

O crivo rústico é uma espécie de bordado feito com tecido de algodão, que pode ser cru ou alvejado. O tecido, antes adquirido em forma de saco, mas atualmente comprado por metro ou a quilo, vem da Paraíba. “Era ruim porque você tinha que emendar vários sacos, aí ficava tudo cheio de remenda. Agora tá melhor”, diz dona Nena. O preço varia muito: na localidade é vendido a cerca de cinco reais cada quilo.

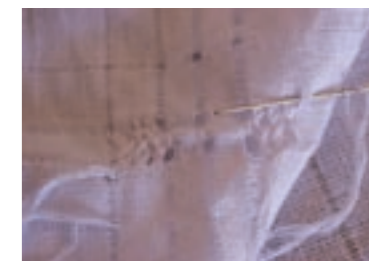
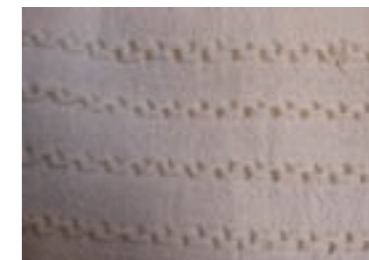
A principal ferramenta de trabalho das mulheres é a agulha, com a qual elas dão origem a uma rica gama de produtos domésticos, como toalhas de mesa, panos de prato, colchas de variados tamanhos, mantas, almofadas, panos de bandeja, jogos americanos, entre tantos outros. Mais recentemente, graças à atuação de instituições como o Sebrae, novos artigos foram sendo desenvolvidos, e as peças de vestuário, como shorts, saias, calças, camisas masculinas com detalhe, blusas, cintos e vestidos, hoje, são correntes e bem aceitos pelo público. Uma outra tendência que vem sendo observada é a adesão a tecidos e linhas coloridos. Essas inovações são fruto da demanda de novos mercados e do irrefutável acompanhamento dos ditames da moda.

Se a matéria-prima e as ferramentas de trabalho são simples, a técnica que dá origem às delicadas tramas exige muita dedicação e paciência. Como diz dona Nena, “fazer crivo não tem tanto segredo, é mais paciência e atenção”. A veterana sabe o que diz, pois muitas aprendizas passaram

pela sua mão, algumas desistiram, outras persistiram. Uma delas, que acabou se tornando também artífice de referência em Rio de Contas, é Vitória Neta do Nascimento Silva. Nascida em Bananal, aprendeu o ofício com a tia quando ainda jovem. Dona de pequena loja de artesanato, declara saber fazer uma série de bordados, mas sua preferência é o crivo rústico.

A respeito dos meandros da técnica, Vitória e Nena nos explicam o passo-a-passo. Começa-se com o corte do tecido no tamanho desejado, conforme a peça a ser produzida. Depois, é hora de desfilar o pano, o que em geral é feito com a ponta da agulha, embora haja quem recorra à tesoura em alguns momentos. Nessa etapa, é preciso o máximo de concentração porque as dimensões e distâncias têm de ser iguais, deixando sobras nas pontas para que seja feito o arremate ou as franjas. Dona Nena ensina:

Com a ponta da agulha a gente vai puxando os fios. Daí, conta quantos pontinhos deixa e quantos saem. A contagem tem que ser igual, senão sai errado. É assim: conta e puxa o fio. Vão ficando esses buraquinhos, esses quadradinhos. Eu mesma desfio uma carreira inteira pra mode o fio ficar grande.



Retirados os fios, inicia-se o processo do bordado. As agulhas dessa vez são usadas para preencher os pequenos quadradinhos que ficaram na superfície do tecido. E diversos são os tipos de pontos empregados na produção. Alguns nem mesmo denominação apresentam. Os mais usuais são ‘amarradinho’ ou ‘lacinho’, ‘escama de peixe’ ou ‘pé de galinha’, ‘bainha aberta’, ‘conchinha’, ‘correntinha’, e o tradicional

‘flor’, que parece ter sido inspirado nas inúmeras janelas coloniais tão características da cidade.

Ainda que o processo de confecção de uma peça seja lento e trabalhoso, no momento da venda as artesãs, não raro, encontram alguma resistência por parte dos prováveis frequentes, que questionam o preço final, considerando apenas a matéria-prima utilizada.

É muito trabalhoso, demora muito, tem que ter paciência e gostar do serviço. Eu mesma adoro! Pra fazer um paninho de fogão eu levaria umas oito horas de trabalho puxado pra terminar. Isso porque eu já tenho muita prática! Então, se eu fosse calcular pelo trabalho, seria bem mais caro. Mas também não pode porque, se o preço fica alto, o produto não sai. Ai a gente negocia, dá um desconto até quando dá. Mas é porque não têm idéia de como isso aqui dá trabalho (Vitória).

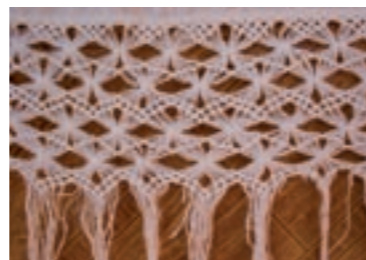
Ainda assim, entre os trabalhos expostos pela Cooperart nas feiras e eventos, o crivo rústico é o que ganha maior destaque. Mesmo com repercussão positiva e com a existência de um considerável contingente de bordadeiras, a produção ainda é pouca por falta de apoio financeiro e mesmo de divulgação

para fomentar a valorização desse produto tão característico de Rio de Contas.

Porém, em circunstância mais desfavorável encontra-se a renda de parede, outra modalidade de bordado diagnosticada pelo INRC de Rio de Contas. Atualmente, a técnica, que não é conhecida pela população riocontense, mesmo pelas exímias bordadeiras de crivo e ponto-cruz, encontra-se quase extinta. Uma única mulher é a grande detentora dos conhecimentos e práticas dessa arte: Idalina Martins Moreira, 70 anos, natural de Umbuzeiro dos Santos, povoado distante 21km da sede municipal.

Dona Idalina aprendeu o ofício ainda criança, aos nove anos, ao observar as mais velhas trabalhando. E sobre a origem da renda, conta:

Essa moda aqui veio da América. A bisavó da minha avó veio dos Estados Unidos e trouxe esse



modelo de fazer a renda de parede. Ela veio de lá direto pra cá, pra Umbuzeiro dos Santos, mas nossa casa era do outro lado do rio. Ela veio casada com um americano e gerou essa família. Então, a avó minha aprendeu e ensinou para minhas tias, e eu aprendi com elas. Eu não conheço e não conheci outras pessoas que faziam esse trabalho, não. Era só a minha família mesmo. Só nós.

Devido às inovações de comunicação e transporte, o acesso a utensílios mais modernos foi facilitado. Dona Idalina informa que passou décadas sem tecer, pois as pessoas não mais se interessavam pelo trabalho. A essa questão somava-se a vida de dona de casa, mãe de família e trabalhadora rural, o que impossibilitava a dedicação ao ofício.

O pessoal largou de se interessar, aí eu ia fazer pra quê? Tinha casa pra cuidar, lida de roça, filho. Depois fui ficando velha e fiquei parada esse tempão todo, quase 60 anos. E isso ficou parado porque a senhora sabe que a moda acaba. É esse o caminho mesmo, as coisas vão se acabando com o tempo. No mais, já tô de idade. Não agüento mais ficar sentada muito tempo, a coluna maltrata.

Esses seriam os motivos para a artesã ter cessado sua produção. E mesmo a filha, Maria Neide Moreira, para quem dona Idalina passou a técnica, não se dedica ao trabalho, pois outras atribuições, como tomar conta do cultivo e das criações de aves e porcos da família, tomam todo o seu tempo. As poucas peças que ainda restam são antigas, algumas herdadas da avó e tias, outras esgarçadas pela ação do tempo.

A metodologia empregada é minuciosa. Primeiramente, é feito o plantio do algodão do tipo alação entre os meses de novembro e dezembro. Dali a cinco meses, a matéria-prima será colhida para passar pelo processo de limpeza seguido da fiação manual, executada com fuso. Para a confecção da peça, um fio é esticado, amarrado a dois pregos na parede, e servirá de base para as *tochas*, dezenas de fios que dali pendem e que começam, então, a ser entrelaçados e amarrados,

dando origem às franjas. Uma peça de 30cm leva em média três dias para ficar pronta.

Essa técnica é, normalmente, usada para apliques em peças domésticas como toalhas, panos de prato e colchas, e pode também ser chamada de “franja de parede”.

Assim como no crivo rústico, para a confecção da renda de parede são poucos os materiais necessários: fio de algodão e prego. E em qualquer lugar pode ser executada, até mesmo em uma cadeira: “é só pegar uns pregozinhos, medir a distância que quiser e começar a passar os fios uns nos outros



pra poder formar o desenho. O desenho você faz de acordo com tua cabeça mesmo, não tem modelo certo, não”.

Depois das investidas do Iphan por ocasião do INRC, foram organizadas algumas turmas para que dona Idalina repassasse seus conhecimentos a outras mulheres como tentativa de preservar a técnica. Uma de suas netas também demonstrou interesse e anda tomando aulas.

Atualmente, há tentativas de utilização da linha industrializada e colorida em lugar do fio artesanal. Mas dona Idalina adverte: “essa linha fiada não assenta pra pano industrial mais delicado, só pra pano mais grosseiro. Não fica bonito, não. Essas linhas industriais prestam mas não ficam do mesmo jeito”.

Festas que também dão arte: máscaras carnavalescas e lanternas de Corpus Christi

A agenda cultural de Rio de Contas é bastante movimentada devido às inúmeras festividades que a cidade oferece ao longo do ano. Entretanto, três desses momentos festivos apresentam produção artesanal característica: o carnaval, o São João e o festejo de Corpus Christi.

O carnaval riocontense, segundo alguns moradores, é tipicamente de rua e se destaca dos demais na região pela presença das bandas de sopro, grupos de baianas e

blocos alternativos. Mas, podemos dizer que a peculiaridade se dá, de fato, por conta de suas tradicionais máscaras.

De acordo com a memória oral, as máscaras ou caretas, desde o final do século 19, são usadas nas festividades momescas. De início, eram feitas de arame, cera, papelão e massa, e representavam bichos e figuras rurais. Pouco mais tarde, surgem as de tecido, consideradas mais modernas e fáceis de manusear devido a sua leveza. As pessoas que não tinham condições de comprar panos mais sofisticados sentiam-se livres para improvisar com lençóis, toalhas, fronhas e até roupas, e encarnavam personagens variados, como pessoas públicas, as famosas mulatas de quadris largos, entre outros.

Aos poucos, as fantasias foram ganhando ares mais sofisticados e houve uma renovação das características estéticas resultante de outras técnicas e estilos inseridos no processo de elaboração, o que gerou certa polêmica na comunidade. Exemplos de máscaras antes comuns mas que hoje caíram em desuso são o mandu e o chorró. O motivo alegado por pesquisadores e mesmo entrevistados era sua excessiva simplicidade, que não mais condizia com os tempos atuais.

Tamanha popularidade das caretas incentivou a prefeitura a promover concursos a partir de 1985. Atualmente, essa tradicional expressão anda ameaçada porque poucos são os artesãos que ainda a ela se dedicam.

Pedro Silva Souza, 42 anos, é um desses artistas. Riocontense de nascimento, fala que aprendeu a fazer caretas sozinho, ainda criança, apenas observando o irmão mais velho. Segundo ele, o carnaval de Rio de Contas é um dos melhores da Bahia justo porque são poucos os lugares no estado que ainda conservam os grupos de mascarados acompanhados de bandinhas de sopro tocando marchinhas antigas.

Além das máscaras, ele confecciona bonecos que chegam a medir 10 metros de altura e são postos sobre carrinhos que percorrem as ruas da cidade nos tempos de folia.

Os materiais que Pedro utiliza são, basicamente, argila, cimento, papel reutilizado, cola obtida da goma de tapioca e tinta. A primeira etapa do processo é a montagem do molde, quando utiliza argila oriunda de um barreiro próximo e cimento, que, após misturados, devem secar e adquirir consistência. Aos poucos, o barro vai ganhando formas diversas que variam de animais a personagens de desenhos e filmes.





Terminado o molde, a segunda etapa é a cobertura da fôrma com uma sucessão de papéis, como jornais e revistas que ele consegue com amigos ou recolhendo na Prefeitura, Câmara e Biblioteca. Para os retoques, Pedro utiliza papel higiênico porque “ele deixa lisa” a face que está ganhando traços e detalhes, como rugas, ranhuras e vincos. Essas camadas de papel vão aderindo umas às outras e ao molde com a ajuda da cola caseira.



Após a secagem da “pele falsa”, é iniciada a pintura com tinta a óleo. No acabamento é usada tinta Acrilex e os detalhes, como cílios e cabeleira, são feitos com vassoura e sisal. Orgulhoso, diz: “faço isso tudo só com o pincel e as mãos”. Para desenformar, é feito um corte fino atrás da máscara, que é, depois, costurado.

O processo de feitura da careta e do boneco é demorado e depende de fatores como o tempo – quando está bom, ga-

rante que o molde e a pintura sequem com mais rapidez e segurança. Além disso, Pedro explica por que a montagem é demorada:

“Não se faz tudo de uma vez. Um boneco desse demora uns dois meses para ficar prontinho porque tudo é na base da fôrma de argila. Tem que se ir fazendo aos poucos senão desaba tudo, tem que esperar secar bem. Mas também, depois de pronto, um boneco desses não passa de 15kg! Com a máscara pequena também não é rápido, não. Quando o tempo tá bem firme leva uma semana, mais ou menos. Você amassa o barro, modela aos pouquinhos, uma parte de manhã, outra de tarde. No outro dia, você faz o acabamento. Aí espera secar pra começar a moldar o papel.”

Quando perguntado sobre o futuro do ofício, Pedro fala com ar de lamentação que poucos são os artistas que, hoje, continuam com o ofício. Para ele, a falta de apoio provocou o desinteresse das pessoas em continuar a tradição. Ele mesmo trabalha como pintor porque sabe que da arte não conseguiria tirar o sustento de sua família.

“Os trabalhos são caros e se utiliza muito material. Para um trabalho desses, eu gasto 400, 500 reais. Eu faço isso sozinho há 21 anos porque eu gosto. Gasto do meu bolso para fazer esse trabalho por falta de apoio. Justo por isso que as pessoas pararam. Hoje só tem eu e seu Humberto. Há um outro rapaz que trabalha muito bem, o Joel, mas que parou por falta de incentivo. Foi uma pena ter acabado o concurso, o último que teve foi em 2001. Isso desmotivou os poucos que já tinham.”



Humberto Wagner Pinto Cotrim, 69 anos, citado no depoimento de Pedro, apesar de ter aprendido a moldar caretas ainda “rapazinho, com uns 10 anos”, começou a se dedicar ao trabalho após ter se aposentado no Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – Denocs. Entretanto, o interesse pelo artesanato

se deu por influência do pai, Abdias Ramos Cotrim, funcionário do correio local e que também trabalhava como artesão especializado nas tradicionais máscaras de carnaval.

“Essa tradição é muito antiga, já vem há muito tempo. Quando eu me entendi, as coisas já aconteciam, tanto que aprendi com meu pai ainda criança e ele mesmo aprendeu rapazinho também. A máscara era feita no carnaval, só nessa época mesmo.”

Seguindo um processo parecido com o elaborado por Pedro, seu Humberto diz gostar mais de fazer os bonecos. Porém, devido à idade mais avançada, ele já compra o barro amassado de uma olaria e utiliza cola Cascorez, em vez da oriunda da tapioca, porque deixa o trabalho mais firme.

Além disso, usa tintas guache Acrilex misturada com um pouco de cola para que a pintura fique mais resistente à chuva e ao suor, por exemplo. A vestimenta dos bonecos é feita de tecidos como chita ou cetim, costurada por uma aparentada sua, a quem ele remunera à parte. Segundo conta, todo o material é adquirido na cidade, numa papelaria próxima.

“A idéia vem da minha cabeça. Faço esses bonecos de todo tamanho. Quem vê um boneco depois de pronto pensa que a gente não gasta

nada. Mas uma cabeça dessa leva três vidros de cola, gasta bastante. De tecido, compro 10 metros de pano, cinco pra calça, cinco pra parte de cima. E leva muito papel. É preciso gostar muito pra fazer um negócio desse aqui.

Dono de muitas habilidades artísticas, seu Humberto se gaba de saber fazer todo tipo de artesanato: “faço bonequinhas de sabugo de milho e fogueira de São João, tudo eu faço”. Nos festejos juninos, também confecciona balões de tamanhos variados, usados para enfeitar as casas, feitos à base de papel-cartão e com rabiola de papel de seda picotado. “Esse balãozinho é feito todo embutido, ele se faz por dentro. Eu faço uns 50 de uma vez. Corto com a tesoura e venho colando”, explica. Outra técnica que domina é a da produção da lanterna usada na festa de Corpus Christi, que se realiza desde 1745, logo após a elevação da vila à categoria de Freguesia do Santíssimo Sacramento das Minas de Rio de Contas. É merecido destacar que, muito mais do que festa litúrgica, ali, a celebração de Corpus Christi assume caráter devocional popular. Seu ápice é a procissão pelas ruas da cidade, que mantém até hoje o costume de enfeitar as ruas com tapetes de serragem, flores e outros materiais, dando origem a imensos mosaicos coloridos.

Dessa maneira, seu Humberto se sente muito realizado em confeccionar um objeto tradicional utilizado em oca-

sião tão importante para a cidade, que tem as fachadas das casas, prédios públicos e praças enfeitadas com as singelas luminárias. Ele conta que não existe um único formato, e que isso depende da inspiração e desejo de cada autor ou mesmo do cliente. “Existe lanterna de todo tamanho, de toda cor, de todo formato. Depende do gosto de cada um.” A estrutura feita de talos de madeira, em geral de formato retangular, tem todas as faces revestidas delicadamente com papel de seda e uma cavidade na ponta superior para que uma vela seja depositada no pequeno castiçal preso no fundo. Em um dos lados é colada uma folha de flandre cujo desenho, obtido por meio de molde, é recortado com tesoura: “pode ser a pombinha do Divino, o Sagrado Coração, ramos de oliveira, mas o mais comum mesmo é o cálice com a hóstia consagrada”.

Entre tantas matérias que passam pelas mãos dos artesãos aqui apresentados, salta aos olhos a multiplicidade de histórias, memórias, crenças e desejos que elas e eles carregam, fazendo desse lugar, enfim, um Rio de Contas e também de tradições.

Bibliografia

AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições práticas da Província da Bahia*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1979. Edição fac-similar.

ALVES, Aristides. *Máscaras da Bahia*. Salvador: Ed. do Autor, 2000. 84 p. : il
AMORIM, Sônia M. Costa de. *Carnaval e máscaras: a magia da cena brincante da cidade de Rio de Contas*. Salvador: Ed. Autor, 2006. 141 p. : il

HARRIS, Marvin. *Town and country in Brazil*. New York: Norton Library, 1971. 302 p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). *Inventário Nacional de Referências Culturais no município de Rio de Contas, BA*. Salvador: IPHAN, 7. Superintendência Regional, mar. 2005 a dez. 2006. 1 CD de dados.

LIMA, Ricardo Gomes. *O povo do Candéal: sentidos e percursos da louça de barro*. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 2006. 234 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, IFCS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

MUSEU DE ARTES E OFÍCIOS. Disponível em: <<http://www.mao.com.br>>. Acesso em: 20 set. 2008.

PEREIRA, Carlos José da Costa. *Artesanato e arte popular*. Salvador: Cadernos de Desenvolvimento Econômico, 1957. (Série III. Caderno, 1)

ROCHA, Renata Trindade. *Sobrados e coretos: breve história de dez municípios do interior da Bahia e suas bandas contemplados pelo projeto Domingueiras*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, 2005.

Sites visitados

Museu de Artes e Ofícios: <http://www.mao.com.br>



CONTATOS

Sala do Artista Popular | Cnfc

Rua do Catete, 179 (metrô Catete)

Rio de Janeiro | RJ cep 22220-000

tel (21) 2285.0441 | 2285.0891

fax (21) 2205.0090

mercado.folclore@iphan.gov.br

Cooperativa Artesanal Mista de Rio de Contas

Rua Barão de Macaúbas, 100 - Centro

Rio de Contas – BA, CEP: 46170-000

Tel: 77 3475-2336 / 3475-2069

crcontas@gmail.com

Instituto de Artesanato Visconde de Mauá

Largo do Porto da Barra, 2 – Porto da Barra

Salvador – BA, CEP: 40130-180

Tel: 71 3116-6190





SALVADOR. ATÉ 30 DE NOVENBRO DE 2008

RIO DE JANEIRO. 11 DE DEZEMBRO DE 2008 A 18 DE JANEIRO DE 2009